

ANO II - EDIÇÃO Nº 272 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 02 de maio de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 263/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora KAMILA LARANJEIRA SODRÉ, Técnico Ministerial, matrícula nº 113412, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, nos dias 26/04/2017 a 01/05/2017, durante as férias da titular do cargo Natália Azevedo Barbosa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 264/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ROSTANA DE OLIVEIRA CAMPOS, matrícula nº 118012, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Encarregado de Área, no período de 25/04 a 24/05/2017, durante o usufruto de férias do titular do cargo Jalsom Pereira de Sousa.

Parágrafo único. No exercício do referido cargo deverá constatar e atestar a veracidade e a legitimidade das despesas pagas com suprimento de fundos.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 258/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 265/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 005, de 02 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º INDICAR ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
24ª	Araguacema	Thiago Ribeiro Franco Vilela	17 a 26/04/2017
		Guilherme Goseling Araújo	01 a 16/04/2017 e 27 a 30/04/2017

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições respectivas, consignadas na Portaria nº 260/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 266/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº	Objeto do Contrato
Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	Agnel Rosa dos Santos Povoia Matrícula nº 46403	23/2017	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme discriminação prevista no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00273, parte integrante do presente instrumento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº da ATA SRP	Objeto da Ata
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	008/2017 009/2017	REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, para atendimento das necessidades das Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme especificações e exigências estabelecidas nos Anexos II e III do Edital do Pregão Presencial nº 002/2017. Processo Licitatório nº 2016.0701.00488
Jadson Martins Bispo - Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Matrícula nº 129415	010/2017; 011/2017.	REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE BANDEIRAS DO MERCOSUL, BRASIL, ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS, visando aquisições futuras, destinadas ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 003/2017. Processo Licitatório nº 2017.0701.00059

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ N° 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 267/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional (Palmas), que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
28/04/2017 a 05/05/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 268/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça Substituta RUTH ARAÚJO VIANA para responder pela 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 1º a 07 de maio 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 269/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA para atuar no Mutirão de audiências da Comarca de Miranorte - TO, nos dias 03, 04 e 05/05/2017; 10, 11 e 12/05/2017; 17, 18 e 19/05/2017; 24, 25 e 26/05/2017; e 31/05/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00109
ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de centralização e processamento da folha de pagamento, ressarcimentos e outras indenizações aos servidores e membros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 193/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes nos Pareceres Administrativos nº 039/2017 e nº 049/2017, às fls. 47/51 e 64/65, respectivamente, exarados pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 027/2017, às fls. 66/68, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de centralização e processamento da folha de pagamento, ressarcimentos e outras indenizações aos servidores e membros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com pagamento em conta corrente ou conta salário indicada pelo beneficiário, sem obrigatoriedade de abertura de conta corrente na instituição vencedora, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MAIOR OFERTA OU LANCE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 26 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00098
ASSUNTO: Procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para reforma de parte do telhado existente e reforma na marquise de entrada, do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO.
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 199/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumprido os requisitos constantes no artigo 38, da Lei nº 8.666/93 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo no 046/2017, às fls. 72/75, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 026/2017 às fls. 80/82, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para reforma de parte do telhado existente e reforma na marquise de entrada, do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00091
ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de materiais de reposição para o laboratório de informática.
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 200/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 057/2017, às fls. 109/114, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 029/2017, às fls. 120/122, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de materiais de reposição para o laboratório de informática, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016/24830/003951 (IGEPREV)
ASSUNTO: Abono de Permanência
INTERESSADO: ALAIR MACHADO PERNA

DESPACHO Nº 201/2017 – Nos termos do art.17, inciso V, alínea “h”, item 2, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, considerando os deferimentos favoráveis exarados no Parecer Técnico nº 296/2017, fls. 59/60, de 11 de abril de 2017, e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, oriundos do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, CONCEDO o Abono de Permanência a que faz jus a servidora ALAIR MACHADO PERNA, Analista Ministerial Especializado, matrícula nº 10091, produzindo efeitos financeiros a

partir de 8 de setembro de 2015 e AUTORIZO a inclusão na folha de pagamento a partir do contracheque de abril de 2017.

Encaminhe-se os presentes autos ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016/24830/003086 (IGEPREV)
ASSUNTO: Abono de Permanência
INTERESSADO: ELENI MARIA SOARES

DESPACHO Nº 202/2017 – Nos termos do art.17, inciso V, alínea “h”, item 2, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, considerando os deferimentos favoráveis exarados no Parecer Técnico nº 303/2017, fls. 100/101, de 11 de abril de 2017, e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, oriundos do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, CONCEDO o Abono de Permanência a que faz jus a servidora ELENI MARIA SOARES, Analista Ministerial Especializado, matrícula nº 5090, produzindo efeitos financeiros a partir de 30 de setembro de 2016 e AUTORIZO a inclusão na folha de pagamento a partir do contracheque de maio de 2017.

Encaminhe-se os presentes autos ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016/24830/003674 (IGEPREV)
ASSUNTO: Abono de Permanência
INTERESSADO: ARLETE SILVA RIBEIRO

DESPACHO Nº 203/2017 – Nos termos do art.17, inciso V, alínea “h”, item 2, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, considerando os deferimentos favoráveis exarados no Parecer Técnico nº 454/2017, fls. 64/65, de 24 de abril de 2017, e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, oriundos do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, CONCEDO o Abono de Permanência a que faz jus a servidora ARLETE SILVA RIBEIRO, Analista Ministerial Especializado, matrícula nº 81507, produzindo efeitos financeiros a partir de 8 de novembro de 2016 e AUTORIZO a inclusão na folha de pagamento a partir do contracheque de maio de 2017.

Encaminhe-se os presentes autos ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 28 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE CESSÃO DE USO DO SOFTWARE ATHENAS

PROCESSO: 2017/0701/00161

PARTÍCIPES: o Ministério Público do Estado de Tocantins – MPETO e a Defensoria Pública do Espírito Santo.

OBJETO: Cessão de uso do software ATHENAS, criado pelo MPETO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e área finalística. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da assinatura, podendo ter sua vigência prorrogada.

DATA DAS ASSINATURAS: 18 de abril de 2017.

SIGNATÁRIOS: CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e SANDRA MARA VIANNA FRAGA – Defensora Pública-Geral do Estado do Espírito Santo.

11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO N.º 002/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 002/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 003/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos das pessoas com deficiência, visando apurar a ofensa a direitos fundamentais de ANA PAULA MILHOMEM DIAS, tratando-se de abandono, desaparecimento, desvio de recursos de BPC e omissão da curadora INVESTIGADO: Luciana Ribeiro De Brito

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 25 de abril de 2017.

EXTRATO N.º 003/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 003/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 020/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos das pessoas com deficiência, visando apurar o descumprimento da Lei Municipal n.º 2.559, de 11 de março de 2008, que trata da redução da carga horária de servidor público municipal que possui filho com deficiência, sem desconto da remuneração.

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 25 de abril de 2017.

EXTRATO N.º 004/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 004/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato n.º. 016/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos das pessoas com deficiência, visando apurar a ausência de acessibilidade às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida nas sedes do Poder Judiciário em Araguaína.

INVESTIGADO: ESTADO DO TOCANTINS

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 25 de abril de 2017.

EXTRATO N.º 005/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 005/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato n.º. 034/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos dos idosos, visando apurar a suposta situação de vulnerabilidade e hipossuficiência do idoso ANTÔNIO ALVES.

INVESTIGADO: ENOQUE CALDAS

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 25 de abril de 2017.

EXTRATO N.º 006/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 006/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato n.º. 005/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos dos idosos, visando apurar o suposto descumprimento do direito à gratuidade no transporte público intermunicipal aos idosos; noticiados na Notícia de Fato n.º 005/2017 por Durani Souza de Brito.

INVESTIGADO: PERMISSIONÁRIOS OU CONCESSIONÁRIOS DO TRANSPORTE ALTERNATIVO DO TRECHO ARAGUAÍNA - XAMBIOÁ
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 25 de abril de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAOPEMA

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DO PP 60/2016 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão

de Procedimento Preparatório no presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 60/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, 144, caput, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: Representação formulada pela Câmara de Vereadores de Bandeirantes/TO

FATO EMAPURAÇÃO: apurar irregularidades na falta de patrulhamento ostensivo no Município de Bandeirantes/TO.

INVESTIGADO: Poder Público Estadual

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 15 de março de 2017.

Rua Mato Grosso, n. 1378, Centro, Arapoema-TO
Fone: 63 3435-1303

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

PORTARIA Nº 01/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: Artigo 127, caput, combinado com artigo 129, incisos II e III, 227, §4º, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 25, inciso IV, "a", artigo 32, inciso II, da Lei 8.625/1993, artigo 4º, 19 e 101, § 1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente Eca).
ORIGEM: de Ofício;

FATOS EM APURAÇÃO: instauração de Inquérito Civil na Comarca de Peixe visando fiscalizar implantação do Programa de Guarda Subsidiada no município de São Valério/TO.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de São Valério/TO e Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente de São Valério/TO.

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 17 de abril de 2017.

Peixe-TO, 17 de Abril de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis
Promotor de Justiça Titular

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

PORTARIA Nº 02/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: Artigo 127, caput, combinado com artigo 129, incisos II e III, 227, §4º, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 25, inciso IV, "a", artigo 32, inciso II, da Lei 8.625/1993, artigo 4º, 19 e 101, § 1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente Eca).
ORIGEM: de Ofício;

FATOS EM APURAÇÃO: instauração de Inquérito Civil na Comarca de Peixe visando fiscalizar implantação do Programa de Guarda Subsidiada no município de Peixe/TO.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Peixe/TO e Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente de Peixe/TO.

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 17 de abril de 2017.

Peixe-TO, 17 de Abril de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis
Promotor de Justiça Titular

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

PORTARIA Nº 03/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: Artigo 127, caput, combinado com artigo 129, incisos

II e III, 227, §4º, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 25, inciso IV, "a", artigo 32, inciso II, da Lei 8.625/1993, artigo 4º, 19 e 101, § 1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente Eca).
ORIGEM: de Ofício;
FATOS EM APURAÇÃO: instauração de Inquérito Civil na Comarca de Peixe visando fiscalizar implantação do Programa de Guarda Subsidiada no município de Jaú/TO.
INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Jaú/TO e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jaú/TO.
LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 17 de abril de 2017.

Peixe-TO, 17 de Abril de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis
Promotor de Justiça Titular

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTÍNIA

Avenida Goiás, nº 1303, Setor Central, Tocantínia-TO
Fone: 3367-1250

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 003/2017

FUNDAMENTOS: Lei 8.429/92

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Irregularidades apresentadas no relatório de transição.

INVESTIGADO (S): Muniz Araújo Pereira.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 004/2017

FUNDAMENTOS: Lei 10.257/2001 e 12.305/2010.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Condições dos aterros sanitários e da Lei de Resíduos Sólidos no município de Rio Sono-TO.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Rio Sono.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 005/2017

FUNDAMENTOS: Lei 10.257/2001 e 12.305/2010.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Condições dos aterros sanitários e da Lei de Resíduos Sólidos no município de Tocantínia-TO.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Tocantínia.
LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 006/2017

FUNDAMENTOS: Lei 10.257/2001 e 12.305/2010.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Condições dos aterros sanitários e da Lei de Resíduos Sólidos no município de Lizarda-TO.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Lizarda.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 007/2017

FUNDAMENTOS: Lei 10.257/2001 e 12.305/2010.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Condições dos aterros sanitários e da Lei de Resíduos Sólidos no município de Lajeado-TO.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Lajeado.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 008/2017

FUNDAMENTOS: Lei 8.429/92

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Compra e venda de lotes ilegais no município de Lajeado para favorecimento dos candidatos nas eleições de 2016.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Lajeado.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 21 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do (s) fato (s) investigado (s).

PORTARIA ICP Nº.: 009/2017

FUNDAMENTOS: Lei Complementar nº 101/2000.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Tocantínia.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposto pagamento irregular ao senhor Eurival Pereira Torres com valores oriundos do FUNDEB.

INVESTIGADO (S): Prefeitura Municipal de Tocantínia-TO.

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Tocantínia, 24 de março de 2017.

João Edson de Souza, Promotor de Justiça.